

ADEMAR

SE Ademar está voando por essa América do Sul, éle deve isso em primeiro lugar a um adversário terrível: o escritor Paulo Duarte, diretor da revista «Anhembi», de São Paulo. Minucioso, implacável, persistente, Paulo Duarte vem há anos investigando os negócios de Ademar, esmiuçando seus atos dentro e fora do governo, colhendo material para os processos penais. Considerando o líder pessepista o inimigo público número 1 de São Paulo, aquêle intelectual declarou, entretanto, no dia em que o homem foi condenado, não lhe desejar nenhum mal pessoalmente; apenas o considerava um adversário político. Tanto assim que seria capaz de lhe dar asilo em sua própria casa.

Com mais razões eu poderia fazer o mesmo oferecimento. Conheci o médico Ademar de Barros em 1934, na qualidade de cliente. Por volta de 37, quando foi declarado o estado de guerra que precedeu ao Estado Novo, recebi um recado, em São Paulo, de um amigo que ali chegara fugindo da polícia política do Rio: que eu procurasse algum político do PRP capaz de lhe dar proteção ou asilo, pois éle tomara parte na campanha do sr. José Américo. Procurei Ademar de Barros, que era deputado estadual. Éle acabara de jantar e ia sair com sua senhora para um cinema quando cheguei à sua casa. Desisti do cinema, com muita contrariedade de sua espôsa, e saí comigo em seu carro. Como eu estranhasse o fato de éle tomar a direção contrária àquela em que devíamos seguir, mandou-me olhar a esquina: dois investigadores estavam ali para «acampá-lo» por ordem do então interventor Cardoso de Melo Neto. Deu umas voltas para despistar e fomos ao encontro do meu amigo (hoje senador federal); embora não o conhecesse antes, Ademar ofereceu-se para escondê-lo em sua fazenda em S. Manuel; éle mesmo o levaria em seu carro, se necessário.

O foragido não precisou sair de São Paulo; mas algum tempo depois eu é que estava escondido no sítio de Carlos Lacerda, no Estado do Rio, fugido da polícia carioca, quando ouvi no rádio a nomeação de Ademar para a interventoria paulista. Dali a dois dias eu estava nos Campos Elíseos e éle prontamente me deu garantia de liberdade em São Paulo.

A ninguém é lícito esquecer favores dessa espécie; se não os paguei com serviços políticos foi porque minhas opiniões políticas sempre estiveram em desacordo com as suas. É claro que também me absteve de atacá-lo em qualquer emergência. Como, por outro lado, de tirar qualquer vantagem material da prosperidade política e particular de meu antigo médico.

Conto essa história por uma questão de lealdade para com os leitores; peço-lhes, em troca, o favor de acreditar que não é por motivo de gratidão, mas por espírito de justiça que sou contrário a que as autoridades brasileiras se empenhem em obter a extradição de Ademar de Barros. O crime de que é acusado pode ser comum; o crime, sim, mas o processo criminal, éste, não; éste é essencialmente político. É o próprio escritor Paulo Duarte que nos confessa isso indiretamente, na declaração que citei. As autoridades paulistas jamais foram tão rápidas em pedir a prisão, no estrangeiro, de qualquer criminoso. Centenas, talvez milhares de condenados evitam a cadeia mudando de país — às vezes apenas de Estado, ou de cidade, ou de rua, ou de casa...

Nenhum governo de um país amigo deixaria de ter pejo em entregar à polícia brasileira, como um criminoso comum, um homem que é chefe de um Partido, e que acaba de ser candidato à presidência da República e de vencer as eleições no principal Estado e na própria capital do Brasil. Mesmo que a extradição esteja prevista no texto de um tratado — deixemos de lado a questão puramente jurídica — teria um caráter mesquinho concedê-la. Se queremos elevar nosso nível de moral pública, muito bem; mas é demasiado esperar para isso a cooperação de um governo estrangeiro, que, a atender passivamente ao pedido, estaria se tornando odioso para uma parte considerável da opinião brasileira.